

Ensaio

PRÁXIS, COMUNICAÇÃO E EMOÇÕES: A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL NA PERSPECTIVA DE LUKÁCS E MATURANA

Douglas Aparecido Ferreira¹

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO

O ensaio explora a ontologia do ser social segundo Lukács, abordando a transição do ser biológico ao social, ancorada em trabalho e linguagem. Inclui-se a perspectiva de Maturana, em que as emoções, especialmente o amor, são fundamentais na estabilização das relações sociais. A partir dessa discussão, propõe-se integrar práxis, comunicação e emoção para uma compreensão mais profunda e integral do ser social, enfatizando suas contribuições às pesquisas em comunicação e às interações sociais complexas.

PALAVRAS-CHAVE: Ontologia do ser social. Práxis. Comunicação. Emoções.

1 INTRODUÇÃO

A ontologia do ser social, tal como sistematizada por Lukács (2018) e interpretada por comentadores como Lessa (2012), obriga-nos a repensar as complexas relações entre o biológico e o social, resgatando a dimensão processual que constitui a existência humana. Este ensaio teórico explora essa dimensão, reconhecendo o salto ontológico que caracteriza a transição do ser puramente natural ao ser social, acontecimento ancorado na práxis, na linguagem e nas relações afetivas.

¹ Doutor em comunicação social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto em relações públicas na Universidade Federal de Minas Gerais. douglasferreira9@ufmg.br

É precisamente na articulação dessa tríade que o fenômeno comunicacional se instaura. No campo da Comunicação, autoras como França (2018) propõem uma leitura praxiológica dos processos comunicacionais, enquanto Fígaro (2008) indica a fecundidade de uma perspectiva ontológica; abordagens que, no entanto, podem ser aprofundadas por uma ancoragem lukacsiana sistemática. Nossa hipótese é que a ontologia do ser social (Lukács, 2018), oferece o instrumental conceitual capaz de situar a comunicação como a complexificação histórica da linguagem e do trabalho. Defendemos, portanto, que debater e delimitar questões propriamente comunicacionais exige retornar às determinações materiais que as originaram: a práxis (derivada do trabalho) e a emoção (o reconhecimento mútuo).

Para Lukács (2018), a ontologia² não designa um inventário estático de propriedades do ser, mas a investigação das determinações que constituem a existência em sua processualidade histórica, uma diferença importante em relação às leituras que a reduzem a um sistema fechado de categorias fixas. É esse caráter dinâmico que permite pensar o ser social não como dado, mas como resultado de um processo de autoprodução contínua.

Adotamos, neste ensaio, uma leitura ontológica e dialética da realidade, não como a única epistemologia legítima disponível, mas como a que acreditamos ser a melhor para o problema aqui proposto: pensar a comunicação a partir da constituição histórico-material do ser social. Reconhecemos, em concordância com a historiografia da filosofia e da ciência (Marcondes, 1997), que o materialismo histórico possui um lugar circunscrito em seu tempo, tendo sido proficuamente atualizado por diversas

² Para Lukács, ontologia designa o estudo dos modos de ser e das determinações categoriais que constituem os diferentes níveis da realidade (inorgânico, orgânico e social), sem reduzi-los a leis universais abstratas nem a fenômenos meramente subjetivos. Trata-se de uma ontologia materialista e histórica. Desse modo, categorias como trabalho, linguagem e sociabilidade não são estruturas lógicas atemporais, mas formas de existência que emergem e se transformam no processo histórico-concreto da práxis humana. Nesse sentido, o projeto lukacsiano se distingue tanto da ontologia clássica, voltada à busca de essências fixas e imutáveis, quanto do positivismo, que recusa qualquer investigação sobre o ser em favor da descrição empírica imediata dos fenômenos.

escolas de pensamento contemporâneas. Não é nosso objetivo equacionar esse cenário, mas apenas explicitar a escolha teórica que sustenta a argumentação que se segue.

Cumprе demarcar, portanto, a natureza deste trabalho. Não se trata de um esforço de história da filosofia dedicado à análise estrutural da obra de Lukács, cujos rigores exigiriam outro escopo analítico, mas de um ensaio teórico que visa enfrentar um problema contemporâneo fundamental: a necessidade de superar as abordagens restritas que cindem a comunicação entre perspectivas instrumentalistas e idealistas. Adotamos, assim, o materialismo histórico e dialético como a matriz teórica que nos fornece o movimento do real mais adequado para pensar a comunicação a partir da constituição ontológica do ser humano.

Dito isso, o objetivo deste ensaio é discutir como as categorias fundantes do trabalho, da linguagem e do afeto constituem a base que se desdobra, historicamente, na tríade analítica que aqui propomos: a práxis, a comunicação e as emoções. O texto está estruturado em cinco seções, que discutem, respectivamente, a interdependência entre os níveis inorgânico, orgânico e social; o salto ontológico do trabalho em direção à práxis; a emergência da linguagem como substrato da comunicação; a inclusão das emoções, especialmente o amor, como estabilizador dessas interações; e, por fim, a complexificação das relações sociais. As considerações finais sistematizam o percurso percorrido, refletindo sobre a importância de operar com essa tríade nas pesquisas empíricas em Comunicação.

2 A ONTOLOGIA DO SER HUMANO: DO BIOLÓGICO AO SOCIAL

Em diálogo com as ideias de Marx, Lukács (2018) propõe que o desenvolvimento do ser humano é um processo histórico-dialético fundamentado na interdependência entre os níveis inorgânico, orgânico e social. Enquanto os dois

primeiros fornecem a materialidade física e a capacidade reprodutiva, o nível social utiliza essa infraestrutura para edificar formas complexas de sociabilidade. Essa dinâmica instaura uma tensão dialética permanente: o ser social busca continuamente transcender suas barreiras naturais, mas permanece incontornavelmente dependente de sua base biológica, que possui categorias ontológicas próprias (como nascimento, crescimento, velhice e morte). Contudo, a autêntica essência ontológica humana se define justamente quando essas determinações biológicas originárias não são anuladas, mas sim incorporadas, requalificadas e refuncionalizadas pela dimensão social, convergindo em uma totalidade mais complexa. Essa tensão paradoxal evidencia que o ser humano não elimina sua base natural, mas a integra dialeticamente em um patamar qualitativamente novo.

Embora essa relação complexa entre o biológico e o social marque a obra de Lukács, sua principal questão é uma que ecoa entre muitos outros pensadores ao longo da história da humanidade: como surgiu o ser humano tal como o conhecemos?

Baseando-se na filosofia marxiana e em estudos antropológicos, Lukács (2018) denomina de “salto ontológico” as transformações qualitativas e estruturais que marcam a transição do ser estritamente biológico para o ser social. O sentido de “salto” não está atrelado a nenhuma temporalidade específica, tampouco a um evento abrupto. O termo designa uma ruptura na continuidade, direcionando o ser para um processo marcado por uma incompletude inerente e permanente.

Para o autor, esse salto inicia-se com o ato do trabalho, compreendido de forma ampla, isto é, como qualquer atividade de transformação da natureza pela ação humana, mediada por uma ideação prévia dos resultados almejados.

Apenas o trabalho tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição: sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza [...], mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (Lukács, 2018, p. 9-10).

Como evidencia essa passagem, é o trabalho — e não qualquer outra atividade humana — que Lukács situa como o ponto de transição ontológica entre o ser biológico e o ser social. Essa transição, embora também executada de forma rudimentar por outros animais, como demonstram os estudos sobre comportamento animal (Merleau-Ponty, 2006) e sobre comunicação entre cetáceos (Bateson, 2018), tem no ser humano um salto de estrutura. Esse salto é marcado pela transição de respostas causais e instintivas para a instauração da práxis teleológica. Ao ser capaz de projetar e antecipar resultados a partir de suas necessidades sociais (e não mais puramente instintivas), o ser social consegue criar, em sua consciência, novas realidades. É nesse processo que ocorre a transformação tanto da natureza (externa) quanto do próprio ser humano. A natureza se transforma porque algo novo é incorporado a ela por meio de uma ação objetiva que a modifica. Já o ser humano se transforma porque, ao imaginar as consequências de suas ações, adquire novas ideias, conhecimentos e habilidades. Nas palavras de Marx:

No próprio ato da reprodução não se alteram apenas as condições objetivas, por exemplo, a vila se torna cidade, o agreste, campo desmatado etc., mas os produtores se modificam, extraindo de si mesmos novas qualidades, desenvolvendo a si mesmos por meio da produção, se remodelando, formando novas forças e novas concepções, novos meios de comunicação, novas necessidades e nova linguagem (Marx, 2015, p. 655-656).

É nessa dupla transformação que se revela a interdependência dialética entre pensamento e ação. A execução subsequente não apenas transforma o contexto objetivo, mas também propicia o surgimento de novas elaborações cognitivas, pensamentos que seriam inviáveis na ausência dessa realidade recém-criada. Esse contínuo processo dialético entre pensamento e ação reflete a capacidade do ser humano de transcender suas condições iniciais, produzindo uma síntese

transformadora que altera o mundo externo e, simultaneamente, reformula o próprio sujeito cognoscente.

Leontiev (1978) complementa essa perspectiva ao afirmar que por meio da atividade de transformação da natureza (o trabalho), o ser humano, diferente dos outros animais, constitui a si mesmo e sua própria psique em um processo dialético de objetivação (materialização de suas capacidades) e apropriação (reconstrução individual das capacidades historicamente desenvolvidas).

Já Marx (2015) esclarece que os animais também produzem suas realidades concretas — constroem ninhos, habitações e comunidades —, mas suas produções decorrem de necessidades físicas imediatas, suas ou de suas proles. O ser humano, diferentemente, consegue produzir livre da carência física e dos limites de sua espécie, e é essa liberdade que lhe permite construir uma natureza para além de si próprio. Ou ainda, na síntese de Engels:

Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (Engels, 2004, p. 23).

A dominação intencional sobre o ambiente, como atesta Engels, revela que a consciência humana deixa de ser mera adaptação ao meio para se tornar, por meio do trabalho, um ato autocontrolado, capaz de realizar alterações na natureza que seriam inatingíveis sem uma ideação prévia. “Na medida, portanto, em que a realização se torna um princípio transformador, neo-formador da natureza, a consciência, que conferiu impulso e direção a ela, ontologicamente não pode mais ser epifenômeno” (Lukács, 2018, p. 27).

O conhecimento e as novas habilidades adquiridas pelas demandas do trabalho, desde a teleologia até a exteriorização e a objetificação das ideias, tornam-

se acumulativos. As ferramentas passam a se destinar a tarefas além do desejo pessoal, servindo a necessidades sociais. Elas são a materialização de uma ideia prévia, deixam de atender a uma teleologia imediata e passam a servir a outras finalidades que não as originárias.

À medida que, historicamente, o trabalho passa a mediar a relação entre os ancestrais humanos e a natureza, amplia-se a possibilidade de a consciência superar a espontaneidade animal. Os primeiros humanos aprenderam continuamente a enxergar o trabalho e a si mesmo como entidades objetivas, mitigando as camadas mais impulsivas de seu comportamento. “Com isso surge justamente o domínio do consciente sobre o instintivo, do conhecido sobre o meramente emocional” (Lukács, 2018, p. 42).

Em síntese, o trabalho se configura como o veículo fundamental para a autocriação do ser humano enquanto ser humano. No domínio biológico, o indivíduo é produto das combinações e desenvolvimentos inorgânicos; ao transcender essas limitações, sem jamais superá-las por completo, adentra um novo patamar, o social. Esta nova etapa evolutiva é, ao mesmo tempo, sua própria criação e fundação, posicionando o ser humano como agente de transformação que cria a si mesmo ao transformar a natureza. É essa centralidade do trabalho, enquanto mediador entre necessidade e satisfação que altera a própria essência humana, que fundamenta o primeiro pilar de nossa tríade analítica: a práxis.

3 A EMERGÊNCIA DA LINGUAGEM E A CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE

Se em sua forma primitiva o trabalho se limitava à transformação dos objetos da natureza em artefatos momentaneamente úteis, com o tempo foi preciso desenvolver formas mais aprimoradas de sociabilidades para produzir coisas ainda mais complexas. O surgimento do trabalho, que como visto foi a categoria transitória

do ser biológico para o ser social, exigiu a instituição de novas práticas relacionais que garantissem sua execução de forma cada vez mais elaborada.

As novas exigências — como a capacidade de articular uma linguagem, manter postura ereta e realizar trabalhos mais intelectuais — demandaram uma adaptação gradual do corpo humano, proporcionando vantagens seletivas no contexto evolutivo. Indivíduos que desenvolveram tais pré-condições corporais obtiveram benefícios em sobrevivência e reprodução, fixando essas características ao longo de milênios, enquanto os que não as alcançaram foram marginalizados ou excluídos de seus grupos sociais (Lukács, 2018).

Essa crescente dependência da coesão grupal revela que a evolução biológica passou a ser tracionada pela própria complexificação do trabalho. À medida que as necessidades materiais aumentavam, a ação isolada tornava-se insuficiente. Para superar esses limites, os primeiros hominídeos precisaram convencer uns aos outros a engajar-se em projetos comuns, exercendo uma teleologia sobre a consciência alheia. É a partir desse momento que, como sintetiza Engels (2004, p. 21), “a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela”. Portanto, é justamente nesse esforço coletivo para dirigir ações, alinhar intenções e solucionar atos laborativos cada vez maiores que as trocas intersubjetivas se instauram, atuando como os elos indispensáveis à unidade e à sobrevivência da espécie.

Lukács (2018) ilustra essa reflexão com um exemplo do período paleolítico. O tamanho, a força e a periculosidade dos animais caçados exigiam a cooperação de um grupo, cujos membros precisavam repartir funções, como batedores e caçadores. Nesse cenário, a imaginação sobre os resultados do trabalho estaria mais “muito mais próximas da práxis social de patamares mais desenvolvidos do que do próprio trabalho” (Lukács, 2018, p. 47), configurando o que o autor denomina de posições teleológicas secundárias.

Desse modo, se antes o objeto natural era algo concreto do qual se podia ter expectativas de transformação, neste exemplo incorpora-se a ele a consciência de um grupo. A imaginação recai sobre o que se espera dos demais e de si mesmo em uma ação coordenada, o que pode ser interpretado como o início da tomada do papel do outro na história humana.

Se, na posição teleológica primária, o ser humano tinha expectativas sobre a objetificação de sua atividade, na posição secundária passa a idealizar possibilidades além do trabalho, como o desempenho dos outros envolvidos no processo. Isso significa que a transição do ser biológico para o social foi marcada por, pelo menos, dois tipos de atividades que precisaram ocorrer conjuntamente: o trabalho e a linguagem.

O trabalho não se limita a uma interação meramente instrumental com o mundo natural. Ele envolve a convivência humana desde sua gênese, sendo essencialmente social em sua natureza e teleologia, consolidando um complexo de relações mútuas no qual, como assevera Lukács (2018, p. 48), “deve prosseguir uma ininterrupta influência da linguagem e do pensamento conceitual sobre o trabalho, e vice-versa”.

A internalização da linguagem representa um salto qualitativo análogo ao do trabalho, no qual a cultura se torna uma “segunda natureza”, reestruturando a consciência a partir das necessidades da vida social.

Em suma, a relação entre a sociabilidade, a fala e o trabalho em Lukács é de tal ordem que nenhuma das duas categorias existem sem a outra; contudo, é no trabalho que encontramos as conexões e as relações ontológicas que impulsionam o ser social em direção a formações crescentemente complexas e, desse modo, que impulsionam o desenvolvimento da fala enquanto complexo social parcial (Lessa, 2012, p. 197).

Como sintetiza Lessa, trabalho e linguagem constituem categorias mutuamente implicadas, confirmando-se que o trabalho só se concretiza quando outras categorias, como a linguagem, possibilitam concomitantemente sua execução. “Tal como pelo

trabalho, também pela linguagem se consoma um salto do ser natural para o ser social; nela, como nele, este salto é um longo processo, cujos primeiros inícios de fato permanecerão eternamente desconhecidos” (Lukács, 2018, p. 89). Trabalho e linguagem são, por isso, conjuntamente constituintes de um complexo articulado: o ser social.

A linguagem está na origem da produção do ser social. Ela é resultado da capacidade de trabalho do Ser Humano para superar as necessidades em prol de sua sobrevivência. Como um ser que se reconhece em seu semelhante, o homem fez-se na interação com outros. Ele é um ser de comunicação. A sua trajetória histórica revela-o como um ser que precisa de outros para sobreviver e vencer as adversidades do meio (Fígaro, 2008, p. 85).

Assim surge uma outra categoria ontológica do ser social, a linguagem, cuja finalidade não é mais a relação direta com a natureza, mas o convencimento e a inter-relação, levando a formas mais complexas de sociabilidade além da mera organização do trabalho.

Engels (2004) esclarece que a linguagem surge porque o trabalho cria ininterruptamente coisas novas no mundo (novos conhecimentos, situações e possibilidades) que demandam reconhecimento e acordo coletivo via expressão linguística. Justamente por nascer dessa necessidade prática de significar uma realidade em transformação, a linguagem não deve ser compreendida como uma mera ponte que liga um mundo subjetivo a um mundo objetivo previamente constituídos. Ao contrário, ela atua como o próprio processo dialético pelo qual essa relação entre sujeito e objeto é ativamente produzida. Essa premissa materialista encontra ressonância em Bakhtin (2017), que desloca a palavra da condição de instrumento neutro para encará-la como um território irremediavelmente compartilhado. Assim, o signo linguístico é forjado na interação, carregando as marcas indeléveis dessa sociabilidade. Portanto, em uma coletividade organizada pelo

trabalho, a relação do indivíduo com o objeto deixa de ser imediata para ser mediada pela palavra do outro. É precisamente essa partilha social que impulsiona o signo a transcender a experiência particular, ganhando capacidade de generalização e abstração, fenômeno que Lukács descreve como:

Com isto se separa, o representado, no signo linguístico, dos objetos a que se refere e, com isto, também do sujeito que o expressa; torna-se expressão intelectual para todo um grupo de fenômenos determinados que, em conexões inteiramente distintas, podem ser empregados em maneira similar por todos os outros sujeitos (Lukács, 2018, p. 88).

É por essa separação entre signo e objeto, apresentada por Lukács, que, ao nomear as coisas do mundo, o ser humano eleva sua noção de objetividade, revelando distinções entre a sua história e a dos materiais que agora linguisticamente representa. O que é dito passa ser o outro em si mesmo. Isso também marca um processo de dominação dos seres humanos sobre as coisas que lhe rodeiam:

Não é surpresa que o denominar dos objetos, o expressar de seu conceito, de seu nome, por longo tempo, foi considerado como um milagre mágico; ainda no Velho Testamento expressa-se o domínio do ser humano sobre o animal, em que Adão lhes dá nomes, com o que ao mesmo tempo é nitidamente indicado o sair da linguagem para fora da natureza [...] O crescente domínio do ser humano sobre a natureza se expressa, portanto, imediatamente também em quantos objetos e relações ele é capaz de nomear (Lukács, 2018, p. 88-89).

Nesse movimento descrito por Lukács a partir da alegoria bíblica de Adão, a linguagem demonstra seu poder de, nas palavras do autor, "sair para fora da natureza". Esse distanciamento significa que o sujeito se aparta da materialidade bruta do objeto concreto para criar um novo no plano da consciência: o conceito. É nisso que reside o caráter de milagre mágico apontado pelo autor e uma das características mais importantes da linguagem: a emancipação do contexto imediato. O domínio sobre o mundo se instaura porque já não é mais necessária a presença física da coisa

para que ela atue em uma interação, basta que seja simbolicamente representada e nomeada.

A linguagem inaugura a linhagem das categorias estritamente sociais, pois nasce da necessidade de intercâmbio entre os seres humanos, estabelecendo um fundamento para formas superiores de sociabilidade e interdependência. Essa necessidade de comunicação e coordenação permite que a consciência se desenvolva não apenas como percepção individual, mas como construção compartilhada e coletiva, enraizada na prática social. Marx e Engels esclarecem que:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência — a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com os outros homens (Marx; Engels, 2001, p. 24-25).

Ainda sobre isso, os pensadores explicam que os animais irracionais não estão *em relação* com coisa alguma pelo fato de não terem consciência de que estão *em relação*. Portanto, são incapazes de desenvolverem uma linguagem no plano social. Mesmo que possam apresentar uma linguagem instintiva, ela só se desenvolve dentro dos limites das particularidades da espécie.

Podemos dizer que a distinção entre a comunicação animal e a linguagem humana opera em três dimensões fundamentais. A primeira diz respeito à sua gênese e intencionalidade (Marx; Engels, 2001). Isto é, enquanto a comunicação animal gera respostas imediatas fixadas biologicamente, a linguagem humana nasce do trabalho teleológico, estabelecendo um sistema guiado pela intenção consciente e pela necessidade de coordenação coletiva. O segundo aspecto refere-se à mecânica do signo e à metalinguagem. Animais reagem a códigos genéticos em situações restritas (perigo, acasalamento); já o ser humano, como observa França (2018, p. 105), possui “a consciência da linguagem, a capacidade de refletir sobre o que estão fazendo e

modificar o seu uso”, o que lhe permite descolar os sinais de sua função representativa imediata para forjar novos sentidos. O terceiro e último ponto é o seu alcance ontológico e histórico. A linguagem humana não se limita a adaptar a espécie ao meio, mas atua como motor de transformação do próprio mundo. Como destaca Fígaro (2008, p. 86), ela “transcende o espectro da vontade e se manifesta na ação do homem sobre a natureza e a realidade social”; uma capacidade de abstração e criação simbólica que permite ao ser humano não apenas transmitir informações, mas edificar a cultura, a história e novas formas de sociabilidade.

Aprofundando essa relação dialética entre linguagem e consciência, cabe recorrer aos estudos de Lev Vygotsky que, partindo das mesmas bases do materialismo histórico-dialético que fundamentam a obra de Lukács, investigou a constituição social da mente humana. Para Vygotsky (2001), a linguagem não é um mero reflexo do pensamento nem apenas um veículo de comunicação, mas o principal instrumento psicológico que medeia e transforma a atividade consciente. Embora pensamento e linguagem tenham raízes genéticas distintas, suas trajetórias de desenvolvimento se cruzam, dando origem ao pensamento verbal e à linguagem intelectual, processo em que a linguagem internalizada passa a organizar o pensamento, permitindo o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como a formação de conceitos. Como afirma o autor, “o pensamento não se expressa simplesmente em palavras; é por meio delas que ele passa a existir” (Vygotsky, 2001, p. 412), reforçando a afirmação de Marx e Engels (2001) sobre a linguagem como consciência real e prática.

Assim como o trabalho, a linguagem é matriz constituinte do indivíduo e de sua subjetividade, carregando uma finalidade inerentemente produtiva no mundo. Ao se concretizar na atividade linguística, seus produtos (sentidos, enunciados, símbolos, discursos, mediadores e gestos significantes) extrapolam a linguagem como um mero sistema estrutural, orientando-se ativamente para a negociação de significados em

contextos sociais específicos (França, 2018). É por essa razão, e não por simples substituição terminológica, que se justifica o salto conceitual para a comunicação, e não apenas linguagem. A comunicação nomeia esse processo mais amplo de produção e disputa, do qual a linguagem é o instrumento central, mas não a totalidade. Trata-se da arena dialógica e sempre inacabada (Bakhtin, 2017) de construção de significados compartilhados, o espaço interacional concreto onde, enfim, negocia-se a tensão constitutiva entre o sentido pessoal do sujeito e o significado social cristalizado (Vygotsky, 2001; Leontiev, 1978).

Sendo assim, aqui, estabelece-se o segundo eixo da tríade proposta. Se o trabalho se eleva à práxis, a linguagem engendra ontologicamente a comunicação, consolidando o espaço onde os sujeitos disputam e produzem coletivamente a sua realidade material.

Uma vez estabelecido que a comunicação se consolida como essa ampla arena dialógica e social, é preciso reconhecer uma terceira determinação material incontornável nesse processo: a emoção. As interações sociais, mesmo as mais pragmáticas, não operam apenas na esfera cognitiva; elas são inerentemente atravessadas por uma dimensão afetiva que as modula e lhes confere estabilidade ou instabilidade. Isso ocorre porque, no ato comunicativo, a linguagem não se limita a coordenar ações ou disputar significados racionais; ela também expressa, desperta e regula emoções. É nesse ponto que a ontologia do ser social de Lukács (2018) exige a incorporação de uma terceira categoria, para nós tão fundamental e fundante quanto o trabalho e a linguagem: a emoção.

4. EMOÇÕES COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DO SER SOCIAL

Consideramos importante expandir as ideias de Lukács (2018) porque, como aponta Terry Eagleton (2012), o materialismo histórico é frequentemente acusado de

ser silencioso a respeito de dimensões afetivas. O princípio fundante da ontologia de Marx e Lukács (2018) reside nas determinações materiais, no trabalho teleológico e nas relações históricas de produção, e não no “outro”.

No entanto, é preciso compreender que, se o trabalho e a linguagem fundam histórica e materialmente o ser humano como ser social (Marx; Engels, 2001; Lukács, 2018) e passam a reger as demais categorias que constituem a totalidade do sujeito, propomos que as emoções desempenham um papel estrutural e inseparável nessa constituição.

Algum tipo de afeto, mesmo que inicialmente atrelado à biologia estrita, seria historicamente indispensável para que a cooperação no trabalho coletivo e as interações linguísticas pudessem ocorrer. Nossa hipótese é que, embora antes restritas à função fisiológica de garantir a sobrevivência da espécie, com o salto ontológico (Lukács, 2018) as emoções, assim como o trabalho e a linguagem, também passaram a assumir novas finalidades sociais, destacando-se, sobretudo, a estabilização das relações interpessoais.

Para acessar esse substrato orgânico sem o qual o salto ontológico seria inviável, resgatamos as formulações da biologia de Humberto Maturana (1998). O pensador em questão é convocado aqui não como ecletismo teórico indiscriminado, mas como exercício de historicização crítica de conceitos biológicos. Tomamos sua descrição dos mecanismos do emocionar como ponto de partida para demonstrar, nos marcos lukacsianos, como esse substrato é qualitativamente transformado e ressignificado pela práxis social. Maturana (1998) atesta que “as emoções são um fenômeno próprio do reino animal. Todos nós, os animais, as temos” (p. 16). Ao integrar essa visão à ontologia do ser social, evitamos tanto o sociologismo abstrato quanto o biologismo reducionista, sustentando a premissa de que “não há ação humana sem uma emoção que a estabeleça como tal e a torne possível como ato” (Maturana, 1998, p. 22).

Nossa ideia é que, se trabalho e linguagem são os responsáveis primais pelo salto ontológico do ser social (Lukács, 2018), as emoções, derivadas da própria práxis e das práticas relacionais que os seres humanos foram e vão tecendo historicamente, são o elemento que sedimenta essas atividades. Assim, as emoções também contribuem para transformar o trabalho e a linguagem em práticas para além de suas finalidades objetivas e racionalizantes. Instala-se aí um movimento dialético. Geradas a partir das necessidades impostas pelo trabalho e pela linguagem, as emoções vão, aos poucos, emancipando-se de suas categorias regentes. Ao ganharem esse contorno próprio, passam a orientar-se para outras finalidades existenciais, sendo capazes até mesmo de se contrapor à lógica de suas instâncias fundantes.

Maturana (1998) fornece a base empírica evolutiva para compreendermos essa dimensão. Para o autor, a emoção fundamental que viabiliza o agrupamento humano é o amor, aqui não utilizado em sua acepção idealista, cristã, romântica ou moralizante, mas uma concepção biológico-material para o reconhecimento mútuo. O amor, na perspectiva maturaniana, opera como categoria ontológica e concreta, imediatamente capturada e complexificada pela práxis. Sem essa infraestrutura biológica de aceitação mútua, a cooperação exigida pelo trabalho lukacsiano seria inviável, pois não haveria a coesão mínima necessária para que sujeitos se reconhecessem uns aos outros como “legítimos na convivência” (Maturana, 1998, p. 22).

É precisamente para tensionar essa insuficiência do materialismo histórico em lidar com a alteridade que o recurso à biologia de Maturana se faz produtivo. Não se trata de abandonar a centralidade do trabalho como categoria fundante do ser social, mas de reconhecer que a disposição para o encontro é um pré-requisito para ele.

Por consequência, a linguagem não poderia ter surgido de emoções antagônicas ao amor (como a rejeição, por exemplo), pois isso significaria o não reconhecimento do outro como alguém legítimo de contato: “sem a aceitação do outro

na convivência, não há fenômeno social” (Maturana, 1998, p. 24). Se o trabalho e a linguagem são categorias centrais na ontologia do ser social, as emoções se juntam a essa matriz inicial, cumprindo a função de uma espécie de cola entre os envolvidos nela.

Segundo Maturana (1998), o amor está na raiz da própria evolução humana. Sem ele, a linguagem não teria se desenvolvida, pois sua prática depende de um ambiente de mínima confiança mútua e aceitação. Para o autor, essa convivência alicerçada no amor manifesta-se pelo cuidado, pelo toque e pela sexualidade, aspectos que remontam a nossos ancestrais mais remotos e que ainda hoje são basilares para nossa existência como seres sociais.

Isso ajuda a compreender a confluência entre trabalho, linguagem e amor na garantia do início da vida social. De fato, compartilhar um objetivo laboral e simbolizá-lo coletivamente foram pontos fundamentais para o surgimento do ser social e de seus primeiros agrupamentos. No entanto, foi o surgimento do amor na biologia humana que permitiu uni-los em laços mais fortes, emergindo como a força motriz para a continuidade social e para a sustentação da linguagem e das ações coordenadas.

Eagleton (2012) parece concordar com as ideias de Maturana (1998) ao dizer que a vida em sociedade “torna os indivíduos capazes de se realizar na autorrealização dos outros e por meio dela” (Eagleton, 2012, p. 34). Portanto, “somente por meio dos outros podemos, enfim, ser nós mesmos. Isso significa um enriquecimento, e não uma redução, da liberdade individual. É difícil pensar numa ética mais perfeita. Em nível pessoal, chamamos a isso amor” (Eagleton, 2012, p. 34).

Trabalho, linguagem e amor são atividades de relação, de encontro com o outro, de ação conjunta orientada pelas expectativas da alteridade. Isso não significa que outras categorias ontológicas não tenham contribuído para a consolidação do ser social, mas acreditamos que o amor (reconhecimento do outro como legítimo de convivência), a linguagem (criação de um mundo por ideias compartilhadas) e o

trabalho (transformação coletiva e teleológica da realidade) sejam os principais entrelaçamentos constitutivos.

Porém, assim como qualquer outra categoria ontológica, à medida que as interações humanas se complexificam, as próprias práticas que o amor ajudou a construir se voltam contra ele, reconfigurando-o em outras emoções e dando origem a outras formas de sociabilidade.

Os seres humanos inventamos discursos racionais que negam o amor, e assim tornamos possível a negação do outro. Não como algo circunstancial, mas como algo culturalmente legítimo, porque na espontaneidade de nossa biologia estamos basicamente abertos à aceitação do outro como um legítimo outro na convivência. Esta disposição biológica básica é básica em nós, porque é o fundamento de nossa história hominídea (Maturana, 1998, p. 68).

Em interlocução com Lukács (2018), acreditamos que a contribuição de Maturana seja potente para pensar que o amor, por si só, não bastaria como emoção fundamental para todas as relações sociais. A complexificação das formas de trabalhar e comunicar refinou essa emoção primária em inúmeras outras, das mais imediatas às mais sociais, das positivas às negativas.

Assim como as emoções foram fundamentais para estabilizar as atividades iniciais de trabalho e as trocas linguísticas, elas também se tornaram suscetíveis às dinâmicas sociais que ajudaram a fundar. A negação do outro, materializada na exploração, na exclusão social e em violências físicas, não é mero movimento linguístico ou abstração discursiva. À luz da ontologia do ser social, ela possui densidade material e histórica profunda, pois as categorias do ser social continuamente reconfiguram e refuncionalizam suas finalidades originais (Lukács, 2018). O amor maturaniano, que fundamenta a sociabilidade, assim, não permanece estático. Ele é continuamente apropriado e transformado pela práxis humana, respondendo às novas contradições e demandas da interação social em cada complexo histórico.

Em formações históricas baseadas na desigualdade, como o capitalismo, as próprias dinâmicas coletivas são subsumidas pela lógica da mercadoria. A comunicação, por exemplo, não escapa a essa regra, visto que o próprio Lukács (2018) afirma que ela se converteu de um fenômeno puramente social em objeto de troca.

Na mesma linha, Raymond Williams (2016) alerta que os meios de comunicação devem ser compreendidos como meios de produção, submetidos às mesmas relações de propriedade e controle que regem qualquer outro setor produtivo sob o capitalismo, desfazendo a ilusão de neutralidade técnica. Essa mercantilização da comunicação também se manifesta na captura da atenção de audiências como mercadoria vendida a anunciantes (Smythe, 1977) e na padronização do conteúdo simbólico pela indústria cultural (Adorno; Horkheimer, 1985). Conclui-se, portanto, que a comunicação, enquanto práxis constitutiva do ser social, encontra-se alienada em sua dimensão fundamental quando submetida à forma-mercadoria.

Nesse contexto, o ódio e a instrumentalização do outro são formas concretas, ativas e materiais de uma sociabilidade. No capitalismo, a aceitação mútua (o amor maturaniano) e a negação radical do outro coexistem como possibilidades materiais da comunicação e da ação humana. Essas são dimensões valorativas da consciência, ligadas à forma como os indivíduos se posicionam e agem no mundo que eles próprios (re)produzem, sujeitas às contradições impostas pela base material da vida em cada momento histórico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta reflexão, propomos uma expansão das categorias fundamentais para a compreensão do ser social na prática comunicacional, articulando e transcendendo as perspectivas de Lukács (2018) e Maturana (1998).

Como já indicamos, essa aproximação entre autores de matrizes epistemológicas distintas não constitui ecletismo teórico, mas historicização crítica. Tomamos o substrato biológico descrito por Maturana como ponto de partida para demonstrar, com base em Lukács, como ele é transformado e ressignificado pela práxis social, evitando tanto o sociologismo abstrato quanto o biologismo reducionista.

Partindo dessa base, argumentamos que o ser social deve ser inicialmente compreendido a partir da relação estruturante entre trabalho, linguagem e amor, mas que o desenvolvimento histórico e material dessas instâncias exige expandi-las metodologicamente, a fim de dar conta da complexificação da vida social que elas mesmas engendraram.

O trabalho, enquanto teleologia fundante, desdobra-se na categoria mais ampla de práxis, abarcando as múltiplas dinâmicas de engajamento crítico que modificam continuamente a realidade e o próprio sujeito, reconhecendo o agir comunicacional humano como um movimento contínuo de transformação de si e do mundo ao seu redor.

A linguagem, por sua vez, não é simplesmente rebatizada, mas compreendida como o substrato mediador de uma atividade mais complexa: a comunicação. Essa última vista aqui como prática interacional dedicada à produção, ao tensionamento e à negociação intersubjetiva de sentidos que edificam a realidade social (França, 2018).

Por fim, o amor original, delineado por Maturana (1998), expande-se para a categoria ontológica mais ampla das emoções. Reconhece-se que a disposição biológica primordial para a aceitação mútua é historicamente subsumida e reconfigurada em uma complexa teia de afetos que tanto estabilizam quanto tensionam as interações humanas.

A adoção da tríade práxis-comunicação-emoção não pretende enclausurar o ser social em uma totalidade fechada e absoluta. Para o próprio Lukács (2018), a

ontologia não designa um inventário exaustivo de propriedades do ser, mas a investigação das determinações que constituem a existência em sua processualidade histórica. Reconhecer esse caráter ontológico evita que a pesquisa se reduza a uma técnica de regulação da linguagem ou a um consenso intersubjetivo entre discursos (Figaro, 2008), permitindo identificar as contradições e as dinâmicas históricas que atravessam a vida social, superando tanto o empirismo superficial quanto o indeterminismo que nega a concretude da realidade social.

Para operacionalizar essa tríade em pesquisas empíricas, é necessário compreender seus elementos constituintes não como dinâmicas isoladas, mas como dimensões interdependentes de um mesmo fenômeno. A *práxis* é apreendida na materialidade da ação coletiva. Operacionalmente, o pesquisador mapeia o que os sujeitos fazem para intervir na realidade, como a organização logística de uma ocupação ou as rotinas de boicote a uma marca. Contudo, essa ação prática só se estrutura por meio da *comunicação*. Assim, investiga-se como os significados são negociados para coordenar essa *práxis*, analisando fluxos de interação em redes sociais, debates em assembleias ou as estratégias discursivas usadas para alinhar os agentes. Por fim, a *emoção* é analisada como a força motriz que sustenta essa engrenagem. Metodologicamente, isso implica rastrear como afetos (a indignação ou o sentimento de pertencimento, por exemplo) se materializam na interação, seja pela carga valorativa nas escolhas lexicais dos discursos, seja pela intensidade das reações e tensionamentos em ambientes presenciais ou mediados por tecnologia.

A contribuição deste ensaio não reside na descoberta da importância da relação entre *práxis*, *comunicação* e *emoção*. A lacuna que buscamos modestamente endereçar é outra: uma fundamentação ontológica a partir de uma teoria do ser social ancorada no materialismo histórico. Ao colocar o trabalho como o salto ontológico que diferencia o ser social do ser natural, a perspectiva lukacsiana oferece terreno fértil para essa articulação. A *comunicação* passa a ser compreendida como momento

necessário do metabolismo social que a práxis desenvolve e dialeticamente complexifica. Já as emoções deixam de ser reações psicobiológicas ou construções culturais desconectadas da base material da vida, tornando-se a dimensão valorativa da consciência. Esse adensamento histórico permite compreender, por exemplo, a gestão das emoções nas produções comunicacionais não como fenômeno cultural isolado, mas como parte das contradições da vida cotidiana no capitalismo.

Em suma, ao revisitar os fundamentos ontológicos do ser social, este ensaio não buscou oferecer respostas prontas ou um método a ser aplicado, mas recolocar uma pergunta fundamental: qual é o ser que comunica? Ao respondê-la como um ser que se autoproduz historicamente por meio da práxis, da comunicação e das emoções, esperamos ter contribuído para fortalecer as bases críticas de um campo já consolidado e em constante transformação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; Horkheimer, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BATESON, Gregory. Problemas de comunicação entre cetáceos e outros mamíferos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 69, p. 465–477, 2018. DOI: [10.11606/issn.2316-901X.v0i69p465-477](https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p465-477). Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/145664>. Acesso em: 12 jul. 2026.

EAGLETON, T. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Antunes, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 11-28.

FRANÇA, Vera. Discutindo O Modelo Praxiológico Da Comunicação: Controvérsias E Desafios Da Análise Comunicacional. In: França, V.; Simões, P. (ed.), **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação**. Porto Alegre, Sulina, p. 89-117. 2018.

FÍGARO, Roseli. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

LEONTIEV, A. O homem e a cultura. In. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978. p. 261-284.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. 1457 p.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATURANA, Humberto R. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 98 p.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A estrutura do comportamento**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SMYTHE, Dallas W. Communications: blindspot of western Marxism. **CTheory**, v. 1, n. 3, p. 1-27, 1977.

VYGOTSKY, L. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Communications**. Random House, 2016.

Praxis, Communication, and Emotions: The Social Being's Ontology Through the Lens of Lukács and Maturana

ABSTRACT

Submissão: 06/07/2026

Aceite: 10/09/2026

Editora responsável pela avaliação: Beatriz Amália Albarello

Editora de Leiante: Ciro Inacio Marcondes

Copyright © 2026 Ferreira. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.

This essay delves into the ontology of the social being as conceptualized by Lukács, focusing on the transition from biological existence to social being, mediated by work and language. Maturana's perspective is incorporated to emphasize the role of emotions, particularly love, as foundational in stabilizing social relations. The integration of praxis, communication, and emotion is proposed to achieve a deeper and holistic understanding of the social being, highlighting its significance for communication research and the analysis of complex social interactions.

Keywords: Ontology of the social being. Praxis. Communication. Emotions.

Praxis, Comunicación y Emociones: La Ontología del Ser Social desde las Perspectivas de Lukács y Maturana

RESUMEN

El ensayo explora la ontología del ser social según la propuesta de Lukács, centrándose en la transición del ser biológico al ser social, mediada por el trabajo y el lenguaje. Se incorpora la perspectiva de Maturana para resaltar el papel de las emociones, especialmente el amor, como elemento fundamental en la estabilización de las relaciones sociales. A partir de esta discusión, se propone integrar la praxis, la comunicación y la emoción para alcanzar una comprensión más profunda e integral del ser social, enfatizando sus contribuciones a las investigaciones en comunicación y las interacciones sociales complejas.

Palabras clave: Ontología del ser social. Praxis. Comunicación. Emociones.

Contribuição dos Autores

Formas de contribuição (CRediT - Contributor Roles Taxonomy): Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia, Obtenção de Financiamento, Recursos, Software, Supervisão, Validação e Visualização.

Recebido em: 16/07/2026

Aceite em: 10/09/2026

Submissão: 06/07/2026

Aceite: 10/09/2026

Editora responsável pela avaliação: Beatriz Amália Albarello

Editora de Leiante: Ciro Inacio Marcondes

Copyright © 2026 Ferreira. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.